

POLÍTICAS PARA CURRÍCULO E A ABORDAGEM DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E AS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Georgete LOPES FREITAS (UFMA) - georgete.lf@gmail.com

Resumo:

A Legislação brasileira sobre Currículo, Tecnologias de Informação e Comunicação e Sociedade da Informação. Objetiva analisar os discursos dos pesquisadores em Educação sobre os desenhos do Currículo na Sociedade da Informação, divulgados nas legislações, planos, programas e projetos educativos. Detalha as abordagens da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996), o Plano de Desenvolvimento da Educação, os Planos Nacionais de Educação 2001 a 2010 e 2011 a 2020 e a específica sobre Currículo compreendendo as Diretrizes Curriculares Nacionais e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para o Ensino Fundamental e Médio. Caracteriza a pesquisa como bibliográfica, documental e campo, com abordagem qualitativa do estudo de caso e análise de conteúdo. Os resultados apontam que há programas e documentos que representam o planejamento da Educação brasileira, efetivado por meio de parcerias entre o Ministério da Ciência e Tecnologia e Ministério da Educação dentre outros, e apenas os Parâmetros Curriculares para o Ensino Médio (2000) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (2013) defenderam o Currículo na Sociedade da Informação ao comentarem, respectivamente, que a escola precisa priorizar a curiosidade e a pesquisa devido à Sociedade da Informação com ênfase no processo do aprender a aprender visando o conhecimento das teorias e práticas embasadas no afeto e criatividade. Conclui que há ações assentadas em planejamentos com vistas a atingir os fins do processo educativo, mas precisam objetivar a forma de avaliar os sucessos e insucessos para poder trabalhar no aprimoramento visando mudanças para valorar os investimentos nas atividades efetivadas.

Palavras-chave: *Currículo. Legislação. Sociedade da Informação. Tecnologias de Informação e Comunicação. Brasil.*

Eixo temático: *Eixo 8: Ciência da Informação*



XXVIII Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação

Vitória, 01 a 04 de outubro de 2019.

Eixo Temático 8: Ciência da Informação

1 INTRODUÇÃO

A Sociedade da Informação pressupõe o aprender a aprender constante, embasada no conhecimento, e as organizações educacionais percebem as mudanças que alteram o seu fazer por meio de novas demandas apresentadas, ocorrendo desequilíbrios entre o querer e o que é ofertado. Apresenta-se como usuária constante de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) veiculadoras e disseminadoras da informação, base para a construção de conhecimento.

As TIC são destacadas como meios para acessar a informação representada pelo conhecimento divulgado no formato eletrônico em bibliotecas, bancos e bases de dados que veiculam livros e periódicos em diferentes suportes. Representam a conferência dos pensamentos dos idealizadores da cibernética, das comunicações, da informação, desde a criação do mito da biblioteca eletrônica gestada na 2ª metade do século XIX (BIRDSALL, 1994) até o desenvolvimento na década de 40, com o avanço da Matemática, dos pensamentos do Memex de Vannevar Bush, o hipertexto da década de 60 de Ted Nelson, do mercado de informação de Dertouzos (1997), até os conceitos de acesso à informação desterritorializada.

A informação por si não gera conhecimento, depende da construção e relações que o sujeito fará do seu uso e aplicação. Para a consecução da dinâmica referente ao processo de produção de inovações na área pedagógica, são necessários,

[...] processos de geração, difusão e uso de conhecimentos derivados das particularidades da cultura produtiva local; o conhecimento e o aprendizado resultantes das intenções locais; operações formal e informal; caráter sistêmico do aprendizado e da inovação, reconhecendo o papel de cada ator local para a geração do conhecimento coletivo, e os canais de comunicação entre os agentes e a diversidade institucional. (ALBAGLI; MACIEL, 2004, p.14).

Ponto especificamente as discussões acerca dos desenhos curriculares e, dessa forma, enfocando o Brasil, questionei: Os estudos críticos sobre Currículo abordam as discussões políticas referentes à Sociedade da Informação? O objetivo geral concerne a analisar as discussões sobre Currículo na Sociedade da Informação e

nos específicos foram considerados: a) relatar se há ações desenvolvidas pelo Ministério da Educação e Ciência e Tecnologia Inovações e Comunicações em prol de atender às demandas mundiais e locais de inserir o setor educacional na sociedade da informação e verificar se os planos, programas e projetos educativos desenvolvidos sobre currículo abordam a Sociedade da Informação.

Ao contextualizar Currículo, Pacheco (2013, p.452) ressalta:

[...] não se limitam unicamente a uma abordagem técnica, pretensamente neutra e pautada por critérios de implementação. Como construção cultural, social, política e ideológica (GOODSON, 2001; YOUNG, 2010a; PACHECO, 2005; MOREIRA, 2003a), o currículo é, ao mesmo tempo, teoria e prática, contendo quer o campo da teorização e da discursividade – para John Goodlad e Zhixin Su (1992), aos níveis 'social, institucional, instrucional e dialógico' -, quer o campo das práticas organizacionais e pedagógicas.

É o pensar de um Currículo com uma visão construcionista, não reducionista, onde há uma perspectiva mais complexa, na qual as contradições, conflitos e resistências subjacentes à Sociedade da Informação sejam realçados.

2 MÉTODO DA PESQUISA

O universo da pesquisa foi constituído pela documentação gerada pelo governo federal para subsidiar as ações adotadas pelo Ministério da Educação em prol de políticas públicas educativas para a Sociedade da Informação.

Caracterizei a pesquisa como bibliográfica, documental e campo pautada na abordagem qualitativa do estudo de caso e análise de conteúdo, com vistas a debruçar o olhar sobre os trabalhos sobre Currículo e ocorreu a interação de forma direta com o governo brasileiro, representado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e o Ministério da Educação

Constituíram materiais as legislações governamentais, planos, programas e projetos para a Educação Nacional como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB/1996), o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), os Planos Nacionais de Educação (2001-2010 e 2011-2020), os documentos referentes a Currículos citados pelos pesquisadores e em operação no Brasil, como as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN/EB), os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental e Médio em representação à Educação Básica. Ainda, os materiais da pesquisa foram compostos pelos roteiros de entrevista e questionário, respectivamente, trabalhados com os representantes do MCTI e do MEC.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

No que concerne à pesquisa documental e a triangulação de dados do estudo de caso referente aos artigos e menção às palavras-chave concernentes a Currículo na/e Sociedade da Informação o comparativo com o discurso do governo e a legislação, documentos atinentes a Currículo citados, procedi à análise da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996), o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), os Planos Nacionais de Educação (PNE), Diretrizes Curriculares para a Educação Básica (DCN/EB) e os Parâmetros Curriculares Nacionais dos Ensinos Fundamental e Médio (PCN).

O Quadro 1 apresenta as bases de construção no Brasil do campo e pesquisa em Educação por meio dos Grupo de Renovadores, relatadas em Araújo (2003), Saviani (1997) e Brasil (2014).

Quadro 1 – Histórico da Educação brasileira e linha do tempo da criação das legislações (Cont.)

Linha do Tempo	Ações e Organismos responsáveis
1911	Criação do Conselho Superior de Ensino, Decreto n. 8.659, de 5 de abril de 1911; Conselho Nacional de Ensino, Decreto n. 16.782-A, de 13 de janeiro de 1925; Conselho Nacional de Educação , Decreto n. 19.850, de 11 de abril de 1931; Conselho Federal de Educação /Conselhos Estaduais de Educação, Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961, Conselhos Municipais de Educação, Lei n. 5692, de 11 de agosto de 1971; novamente, Conselho Nacional de Educação , MP n. 661, de 18 de outubro de 1994, convertida na Lei n.9.131 de 25 de novembro de 1995 - Finalidade de colaborar na formulação da Política Nacional de Educação e exercer atribuições normativas, deliberativas e de assessoramento ao Ministro da Educação.
1920, 1924, 1927	Ministério da Justiça e Negócios Interiores = Estados responsáveis pelo ensino primário, normal e secundário. Criação da Universidade do Rio de Janeiro (URJ), em 7 de setembro de 1920, pelo Presidente Epitácio da Silva Pessoa – Discussão do modelo de universidade pelos Renovadores da Educação “Escolanovistas”.
1924	Formação da Associação Brasileira de Educação – Grupo de Renovadores da Educação – Novas ideias nos planos cultural, econômico, social e educacional.
1927	1ª Conferência Nacional de Educação – Renovadores da Educação – Pesquisa como função básica da universidade – Manuel Amoroso Costa “A Universidade e a pesquisa científica”.
1930	Criação do Ministério da Educação e Saúde Pública (MES) – Francisco Campos (1930-1932) – Política Educacional de âmbito local e estadual centralizada na esfera federal.
1932	Lançamento do Manifesto do Movimento Renovador Educacional para Reconstrução da Educação brasileira – Pioneiros da Educação Nova (Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, Afrânio Peixoto, Cecília Meireles, entre outros) – Debate sobre a escola pública, gratuita, laica e universal – Educação de caráter científico, assentado em doutrina e em pesquisa.
1934	Constituição Brasileira de 1934 - Artigo 150, alínea “a”, estabeleceu como competência da União fixar o Plano Nacional de Educação, compreensivo do ensino de todos os graus e ramos, comuns e especializados, coordenar e fiscalizar a execução no território brasileiro. Criação do Conselho Nacional de Educação, com função de elaborar o Plano Nacional de Educação.
1937	Criação do Instituto Nacional de Pedagogia/Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (1938)/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP). Formulação do Plano Nacional de Educação pelo Estado Novo, afastado das ideias dos Pioneiros da Educação Nova e não vigorou. Constituição Brasileira de 1937 - Introdução do ensino profissionalizante, entre outros.
1944	Lançamento da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos – Anísio Teixeira, Antônio Ferreira de Almeida Júnior, Fernando de Azevedo e Lourenço Filho – Debate sobre a organização da Educação Nacional – Ideia da Política Nacional de Educação.
1951	Criação do CNPq (Abril) e da Capes (julho) – Fomento à pesquisa e à formação pós-graduada.
1952/ 1964	INEP (Anísio Teixeira) – Sistema educacional ajustado às condições das exigências do desenvolvimento econômico, social e cultural das regiões brasileiras (PLANO de organização..., 1956) – Política de Educação científica, experimental, realista e racional – Elaboração de diagnósticos, planos, recomendações e sugestões para revisão e reconstrução da Educação brasileira.
1955	Instituição dos Centros Brasileiro e Regionais de Pesquisa Educacional (CBPE/CRPE) – Decreto n.38460 de 28 de dezembro de 1955. Fernando de Azevedo (SP – 1956) e Gilberto Freyre (PE – 1958).
1961	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, promulgada em 20 de dezembro de 1961- Lei n. 4024/61 - Referência ao Planejamento de Educação.
1962	I Plano Nacional de Educação elaborado pelo Conselho Federal de Educação.
1964 a 1985	Planos Educacionais ligados aos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND), denominados Planos Setoriais de Educação e Cultura.
1968	Lei que dispõe sobre a organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, promulgada em 28 de novembro de 1968- Lei n. 5540/68.
1971, 1978,	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, promulgada em 11 de agosto de 1971- Lei n. 5692/71 – Diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus/ Criação da Anped com apoio da Capes/ Lei de

1982	Diretrizes e Bases da Educação Nacional, promulgada em 18 de outubro de 1982 – Ajuste da Lei n.5692/71 - Elimina a profissionalização obrigatória.
1986 a 1989	I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República - Plano "Educação para Todos" – Formulação de políticas, planejamento e gestão tecnocrática.
1986, 1993, 1996	IV Conferência Brasileira de Educação – Discussão sobre a Lei de Diretrizes e Bases/ Plano Decenal de Educação para Todos - MEC – Ensino Fundamental/ Nova LDB "Lei Darcy Ribeiro"- Parâmetros Curriculares Nacionais - Plano Nacional de Educação do Brasil.
1997/2000	Apresentação dos PCN do Ensino Fundamental e Médio (Influências da Declaração Mundial sobre Educação para Todos - Conferência de Jomtien – Tailândia (1990) e Relatório Delors (Unesco/1998).
2001	II Plano Nacional de Educação (2001-2010), Lei n. 10.172/2001 – Decenal e ajustado à CF/1988.
2007	Lançamento do Plano do Desenvolvimento da Educação (PDE) concomitante ao "Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação" - Movimento "Compromisso Todos pela Educação", lançado em São Paulo, em setembro de 2006.
2009	PNE – Articulador do Sistema Nacional de Educação (SNE) segundo a Emenda Constitucional n.59 de 2009.
2010	Lançamento do III Plano Nacional de Educação 2011-2020.

Fonte: Araújo (2003); Saviani (2002) e Brasil (2014).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A informação e o conhecimento são meios primordiais para iniciar qualquer processo de mudança, pois tal empreendimento será possibilitado pelo repensar das ações, perceber os sucessos e insucessos e agir visando transformações na Educação. Defendo que a Educação em qualquer país e, especificamente o Brasil, precisa estabelecer o elo entre governo e educadores.

Dos documentos analisados que delineiam as políticas para a Educação, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996), Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), Planos Nacionais de Educação (PNE), Diretrizes Curriculares para a Educação Básica (DCN/EB) e os Parâmetros Curriculares Nacionais dos Ensinos Fundamental e Médio (PCN), todos abordaram a temática Tecnologia, ou Novas Tecnologias como sinônimos das TIC tão importantes para o trabalho de inserção na Sociedade da Informação.

Na documentação avaliada apenas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (BRASIL, 2013) e os Parâmetros Curriculares para o Ensino Médio (2000) defenderam diretamente o Currículo na/e Sociedade da Informação ao comentarem respectivamente que a escola precisa priorizar a curiosidade e a pesquisa devido à Sociedade da Informação, na qual os professores não são transmissores de conhecimentos, mas orientadores do processo e o realce do aprender a aprender visando o conhecimento das teorias e práticas embasadas no afeto e criatividade, elementos desafiadores que tal sociedade impõe aos sujeitos em interação no ambiente escolar.

O Plano Nacional de Educação delineia em suas diretrizes ações para a Sociedade da Informação por meio de palavras-chave específicas como: Globalização, Tecnologia, Novas Tecnologias, Informática, Currículo e Aprendizagem, com foco no

avanço, implantação e uso pedagógico das TIC no ambiente escolar por alunos e professores.

Por meio do histórico da Educação Nacional e os movimentos em prol do caráter sistêmico, agregador, com vistas ao fortalecimento da área, se percebe que há ações assentadas em planejamentos com vistas a atingir os fins do processo educativo. Tal pilar necessita da avaliação como integrante de todo o processo de planejamento e desenvolvimento. Ressalto, conforme as entrevistas com os representantes do MCTI e principalmente o MEC que as avaliações estão no pensar de ambos, entretanto ainda carecendo de um modelo para tal fim, com iniciativas arrojadas para valorar os investimentos e ações.

Retomo a defesa da existência de pluralidade de ideias, de diálogos e apenas nesses contextos se terá mudanças reais na forma de educar e no pensar sobre a Educação e especificamente o Currículo na/e Sociedade da Informação.

REFERÊNCIAS

ALBAGLI, S.; MACIEL, M. L. Informação e conhecimento na inovação e no desenvolvimento local. **Ci. Inf.**, Brasília, DF, v.33, n.3, p.9-16, set./dez.2004.

ARAÚJO, Marta Maria de. Tempo de balanço: a organização do campo educacional e a produção histórico-educacional brasileira e da região nordeste. **Revista Brasileira de História da Educação**, Rio de Janeiro, n.5, p.9-41, jan./jun. 2003. Disponível em: <http://201.147.150.252:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/1065/RBHE5.pdf>. Acesso em: 28 mar.2015.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Portugal: Edições 70, 2000. 225p.

BIRDSAL, W. F. **The myth of the electronic library**: librarianship and social change in America. London: Greenwood Press, 1994.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Comissão de Educação. **Histórico dos Planos Nacionais de Educação**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/ce/plano-nacional-de-educacao/historico>. Acesso em: 20 jan.2014.

DERTOUZOS, M. L. **O que será**: como o novo mundo da informação transformará nossas vidas. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

PACHECO, J. A. Estudos curriculares: desafios teóricos e metodológicos. **Ensaio**: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.21, n.80, p.449-472, jul./set.2013. Disponível em: www.scielo.br/pdf/ensaio/v21n80/a04v21n80.pdf. Acesso em: 21 set.2015.

SAVIANI, D. **A nova lei da educação**: trajetória, limites e perspectivas. Campinas: Autores Associados, 1997.

YIN, R. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.